



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.
 Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
 Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Economia religiosa

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
 - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
 - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
 - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
 - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
-
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
-
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
-
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
-
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
 - (B) 54.
 - (C) 50.
 - (D) 44.
 - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1ª pessoa: sala I

2ª pessoa: sala III

3ª pessoa: sala II

4ª pessoa: sala IV

5ª pessoa: sala I

6ª pessoa: sala V

7ª pessoa: sala II

A partir da 8ª pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496ª pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
 - (B) IV.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1º de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
 - (B) terça-feira.
 - (C) quarta-feira.
 - (D) quinta-feira.
 - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
 - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
 - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
 - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
 - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
-
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
 - (B) da delegação de competências.
 - (C) da coordenação intersetorial de programas.
 - (D) do planejamento estratégico situacional.
 - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
-
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
 - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
 - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
 - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
 - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
 - (B) I e III.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) III, IV, e V.
 - (E) II e IV.
-
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
 - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
 - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
 - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
 - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
-
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
 - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
 - (C) o consenso acima do conflito.
 - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
 - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. De acordo com a regulamentação vigente, Valor Recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é
- (A) a diferença entre o seu custo histórico e o seu valor de mercado.
 - (B) o menor montante entre o seu valor justo líquido da despesa de venda e o seu valor contábil.
 - (C) o maior montante entre o seu valor justo líquido da despesa de venda e o seu valor em uso.
 - (D) a diferença entre o seu valor em uso e o seu custo histórico.
 - (E) o maior montante entre o seu valor de mercado e o seu custo histórico.
-
22. Na elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), de acordo com a regulamentação vigente, o aumento de capital em dinheiro, a amortização de um empréstimo e a aquisição de ações de emissão da própria empresa devem ser classificados, respectivamente, no fluxo de caixa das atividades
- (A) operacionais, de financiamento e de investimento.
 - (B) de financiamento, de financiamento e de financiamento.
 - (C) de financiamento, de financiamento e de investimento.
 - (D) de investimento, operacionais e de investimento.
 - (E) de financiamento, de investimento e de financiamento.
-
23. A Cia. Investidora adquiriu 90% das ações da Cia. Gama por R\$ 5.000.000,00. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Gama era de R\$ 3.500.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. era de R\$ 4.500.000,00. Com base nessas informações e sabendo que a Participação dos Não Controladores é avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, o valor do ágio pago pela Cia. Investidora em função de rentabilidade futura foi, em reais,
- (A) 1.850.000
 - (B) 1.500.000
 - (C) 1.000.000
 - (D) 950.000
 - (E) 500.000
-
24. Considere as seguintes operações realizadas pela Cia. Compra Tudo:
- I. Aquisição de 20% de ações preferenciais da Cia. A, com o objetivo de diversificar suas operações, mas não possuindo influência na administração da mesma.
 - II. Aquisição de 15% do total das ações da Cia. B, adquirindo somente ações ordinárias, com o objetivo de assegurar fornecimento de matéria-prima (o acionista controlador possui 51% do capital votante).
 - III. Aquisição de 40% do total das ações da Cia. C, adquirindo apenas ações ordinárias, com o objetivo de aumentar sua participação de mercado (o acionista controlador possui 51% ou mais do capital votante).
- Sabendo que as Cias. A, B e C possuem o Capital Social formado por 50% de ações preferenciais e 50% de ações ordinárias, é correto afirmar que a Cia.
- (A) A é avaliada pelo custo por ser considerada coligada.
 - (B) B é avaliada pelo custo por não ser considerada coligada ou controlada.
 - (C) C é avaliada por equivalência patrimonial por ser considerada coligada.
 - (D) A é avaliada por equivalência patrimonial por ser considerada coligada.
 - (E) B é avaliada por equivalência patrimonial por ser considerada coligada.
-
25. A partir da análise das demonstrações financeiras da empresa AGA, obteve-se os seguintes indicadores: Grau de Endividamento (participação de capitais de terceiros em relação ao capital próprio) 200%; Composição do Endividamento 40%, Liquidez Corrente 1,6 e Liquidez Geral 1,0. Sabendo que o Ativo Total era R\$ 375.000,00, o seu Ativo Circulante era, em reais,
- (A) 240.000.
 - (B) 160.000.
 - (C) 150.000.
 - (D) 125.000.
 - (E) 100.000.



26. Uma empresa adquiriu um caminhão por meio de arrendamento mercantil financeiro que será pago em 60 prestações mensais de R\$ 2.000,00 cada. O valor presente das prestações era de R\$ 78.760,54 e a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil era de 1,5% ao mês. O valor justo da máquina arrendada era de R\$ 78.000,00. A empresa reconheceu no momento da aquisição, em reais, um
- (A) ativo de 78.760,54.
 - (B) ativo de 78.000,00.
 - (C) passivo de 120.000,00.
 - (D) passivo de 78.760,54 e uma despesa financeira de 41.239,46.
 - (E) ativo de 78.000,00 e uma despesa financeira de 42.000,00.

27. Considere:

- I. O ágio na emissão de ações é reconhecido no Patrimônio Líquido, aumentando o saldo da conta Capital Social.
- II. A conta do Capital Social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.
- III. A destinação do lucro para constituição da Reserva Estatutária não poderá ser aprovada, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Uma empresa comercial adquiriu, em 02/01/2012, mercadorias no valor de R\$ 7.000,00, pagando 30% à vista e o restante em fevereiro de 2012. No dia 10 de janeiro de 2012 a empresa vendeu todas estas mercadorias por R\$ 15.000,00, recebendo 50% à vista e o restante em fevereiro de 2012. Sabendo que a empresa utiliza o regime de competência, o resultado apurado pela empresa comercial com a venda destas mercadorias foi

- (A) R\$ 5.400,00, em janeiro de 2012.
- (B) R\$ 8.000,00, em janeiro de 2012.
- (C) R\$ 12.900,00, em janeiro de 2012.
- (D) R\$ 5.400,00, em janeiro de 2012 e R\$ 2.600,00, em fevereiro de 2012.
- (E) R\$ 500,00, em janeiro de 2012 e R\$ 7.500,00, em fevereiro de 2012.

Contabilidade Pública

29. A dívida fluante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. Restos a Pagar são despesas

- (A) empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as liquidadas das não pagas.
- (B) empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de janeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- (C) empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- (D) extraorçamentárias, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- (E) empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de janeiro, distinguindo-se as liquidadas das não pagas.

30. Em relação às Variações Patrimoniais, de acordo com a Lei nº 4.320/64, considere:

- I. As Variações Patrimoniais podem ser Ativas e Passivas.
- II. O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Ativas e Variações Passivas.
- III. Toda Entidade Pública apresenta Variação Ativa Independente da Execução Orçamentária, quando adquirir um imóvel.
- IV. A Aquisição de Bens Móveis é uma Variação Passiva por Mutação Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.



Instruções: Utilize os dados da Prefeitura ESD, em 31.12.2011, para responder às questões de números 31 e 32.

	Em R\$
– Despesa com Pessoal – Horas Extras	80.000,00
– Inscrição em Restos a Pagar	10.000,00
– Receita da Dívida Ativa	100.000,00
– Recebimento de Depósito – garantia contratual recebida em dinheiro	50.000,00
– Devolução do Depósito – devolução da garantia contratual em dinheiro	5.000,00

31. A receita extraorçamentária em 31.12.2011, em reais, era:

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 100.000,00
- (D) 150.000,00
- (E) 160.000,00

32. A despesa extraorçamentária em 31.12.2011, em reais, era:

- (A) 5.000,00
- (B) 10.000,00
- (C) 70.000,00
- (D) 75.000,00
- (E) 85.000,00

33. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, são operações que geram mutações patrimoniais:

- (A) cancelamento de dívida ativa e recebimento de empréstimos.
- (B) inscrição de dívida ativa e recebimento de empréstimos.
- (C) cobrança de dívida ativa e recebimento de empréstimos.
- (D) cobrança de dívida ativa e recebimento de receita orçamentária.
- (E) cobrança de dívida ativa e recebimento de transferências financeiras.

34. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, assinale as operações relativas a receitas e despesas efetivas, respectivamente:

- (A) Recebimento de Empréstimo e Construção de uma Ponte.
- (B) Obtenção de Empréstimo e Aquisição de Veículos.
- (C) Receita arrecadada de IPTU e Despesa Empenhada da Folha de Pagamento.
- (D) Alienação de Imóveis e Aquisição de Material de Consumo.
- (E) Cancelamento de Dívida Ativa e Aquisição de Móveis.



Instruções: Utilize os dados da Autarquia Vila Nova, em 31.12.2011, para responder às questões de números 35 e 36.

Em R\$ (mil)

- Recebimento em dinheiro relativo à Empréstimo a Longo Prazo	40.000,00
- Aquisição de Bens Móveis	80.000,00
- Inscrição da Dívida Ativa	50.000,00
- Cancelamento de Dívida Ativa.....	5.000,00
- Recebimento de Dívida Ativa.....	20.000,00

35. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o total das Variações Patrimoniais Ativas é (em R\$ mil):

- (A) 110.000,00
- (B) 130.000,00
- (C) 140.000,00
- (D) 150.000,00
- (E) 190.000,00

36. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o total das Variações Patrimoniais Passivas é (em R\$ mil):

- (A) 65.000,00
- (B) 85.000,00
- (C) 100.000,00
- (D) 140.000,00
- (E) 145.000,00

Finanças Públicas e Orçamento

37. A Assembleia Legislativa do Estado Aldeia de Ouro aprovou o aumento de salário dos seus funcionários na Lei Orçamentária Anual de 2012. Foi desrespeitado o princípio orçamentário

- (A) da exclusividade.
- (B) da universalidade.
- (C) da unidade.
- (D) do equilíbrio.
- (E) da igualdade.

38. Um contribuinte pagou no banco o IPTU devido. Esta situação corresponde ao estágio da receita denominado

- (A) recolhimento.
- (B) arrecadação.
- (C) lançamento.
- (D) previsão.
- (E) empenho.

39. Um dos recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais é o *superávit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. O *superávit* financeiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, é

- (A) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apenas.
- (B) a diferença positiva entre os créditos a receber de curto prazo e as obrigações a pagar vencíveis até o término do exercício seguinte.
- (C) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- (D) o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, deduzida a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
- (E) o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, deduzida a importância dos créditos suplementares abertos no exercício.



40. A lei orçamentária anual compreenderá três tipos de orçamentos: fiscal, de investimento e o da seguridade social. Está em conformidade com o disposto no artigo 165 da Constituição Federal:
- (A) orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a minoria do capital social com direito a voto.
 - (B) orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, apenas da administração direta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - (C) orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades apenas da administração indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (D) orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (E) orçamento da seguridade social, referente aos Poderes da União, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos, empresas estatais e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

41. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, de acordo com a Constituição Federal, considere:
- I. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos.
 - II. Pertencem aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I da Constituição Federal.
 - III. Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural.
 - IV. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e IV.
42. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios é denominada despesa
- (A) obrigatória para atender operações de caráter assistencial por tempo indeterminado.
 - (B) com investimento governamental por tempo determinado.
 - (C) com operações governamentais por tempo determinado.
 - (D) obrigatória de caráter continuado.
 - (E) obrigatória para investimento com prazo superior a dois anos.

43. Sobre a Despesa com Pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:
- (A) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com a do bimestre anterior, adotando-se o regime de competência.
 - (B) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita de capital líquida.
 - (C) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com a mão de obra terceirizada.
 - (D) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
 - (E) A verificação do cumprimento dos limites com a despesa de pessoal será realizada ao final de cada bimestre.



44. A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe, dentre outras, sobre
- (A) normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - (B) medidas de compensação a renúncias de receita e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
 - (C) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e receitas que as atenderão para a finalidade específica.
 - (D) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos detalhados bimestralmente.
 - (E) compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes da Lei Orçamentária Anual.

Matemática Financeira

45. Um eletrodoméstico está sendo vendido nas seguintes condições:
- Preço à vista = R\$ 2.580,00;
 - Condições a prazo = entrada de R\$ 680,00 e R\$ 1.995,00 em 60 dias.
- A taxa de juros simples mensal cobrada na venda a prazo é
- (A) aproximadamente 1,84% a.m.
 - (B) 2,30% a.m.
 - (C) 2,50% a.m.
 - (D) aproximadamente 3,68% a.m.
 - (E) 5,00% a.m.
46. Não tendo recursos para saldar um empréstimo de R\$ 110.000,00 (na data do vencimento), determinada empresa fez um acordo com a instituição financeira para pagá-lo 90 dias após o vencimento. Sabendo que a taxa de juros compostos cobrada pelo banco foi de 5% ao mês, o valor pago pela empresa foi, em reais,
- (A) 115.500,00
 - (B) 115.762,50
 - (C) 121.275,00
 - (D) 126.500,00
 - (E) 127.338,75

47. Para comprar um carro, Maria realiza uma pesquisa em 3 Instituições Financeiras e obtém as seguintes propostas de financiamento:
- Instituição A: Entrada de R\$ 7.900,00 + 1 prestação de R\$ 8.240,00 para 30 dias após a entrada.
Instituição B: Entrada de R\$ 7.800,00 + 1 prestação de R\$ 8.487,20 para 60 dias após a entrada.
Instituição C: Entrada de R\$ 7.652,80 + 2 prestações de R\$ 4.243,60 para 30 e 60 dias após a entrada.
- Sabendo que a taxa de juros compostos é de 3% ao mês, a proposta de financiamento
- (A) da instituição A é a melhor.
 - (B) da instituição B é a melhor.
 - (C) da instituição C é a melhor.
 - (D) das instituições A e C são equivalentes.
 - (E) das instituições A, B e C são equivalentes.

48. Uma empresa comercial descontou uma duplicata no valor de R\$ 20.000,00, que vencia em 45 dias. A taxa de desconto simples cobrada pela instituição financeira foi de 24% a.a., "por fora". A instituição cobrou adicionalmente tarifa bancária, na data de liberação dos recursos, de 1,5% do valor nominal. Com base nessas informações, o valor descontado, segundo a convenção do ano comercial, foi, em reais,
- (A) 891
 - (B) 900
 - (C) 19.400
 - (D) 19.109
 - (E) 19.100



49. Uma empresa está avaliando a compra de uma nova máquina por R\$ 320.000,00 à vista. Estima-se que a vida útil da máquina seja de 3 anos, que o valor residual de revenda no final do terceiro ano seja de R\$ 50.578,00 e que os fluxos líquidos de caixa gerados por esta máquina ao final de cada ano sejam de R\$ 99.000,00, R\$ 150.040,00 e R\$ 99.825,00, respectivamente. Sabendo que a taxa mínima de atratividade é de 10% a.a., a compra da nova máquina
- (A) apresenta valor presente líquido positivo.
 (B) apresenta valor presente líquido negativo.
 (C) apresenta valor presente líquido igual a zero.
 (D) apresenta taxa interna de retorno igual à taxa mínima de atratividade.
 (E) é economicamente inviável à taxa mínima de atratividade de 10% a.a..
-
50. Um empréstimo foi obtido com taxas de juros simples de 18% a.a., para pagamento em 12 prestações mensais, consecutivas, vencendo a primeira 30 dias após a obtenção do empréstimo. Sabendo-se que foi adotado, neste caso, o sistema de amortização constante (SAC) e que o valor principal do empréstimo era R\$ 120.000,00, o valor da 8ª parcela foi
- (A) R\$ 9.750,00
 (B) R\$ 10.600,00
 (C) R\$ 10.750,00
 (D) R\$ 12.000,00
 (E) R\$ 11.250,00
-
51. Seja i a taxa de juros tal que $0 < i < 100\%$, em que i representa a taxa ao mês. Seja n o prazo. Considere \mathbb{N} como o conjunto dos números naturais.
- É correto afirmar que
- (A) $\left(1 + \frac{i}{100} \cdot n\right) > \left(1 + \frac{i}{100}\right)^n$, para $0 < i < 100\%$ e $\forall n \in \mathbb{N}$.
 (B) $\left(1 + \frac{i}{100} \cdot n\right) < \left(1 + \frac{i}{100}\right)^n$, para $0 < i < 100\%$ e $\forall n \in \mathbb{N}$.
 (C) $\left(1 + \frac{i}{100} \cdot n\right) = \left(1 + \frac{i}{100}\right)^n$, para $0 < i < 100\%$ e $\forall n \in \mathbb{N}$.
 (D) $\left(1 + \frac{i}{100} \cdot n\right) = \left(1 + \frac{i}{100}\right)^n$, para $i = 99,99\%$ a.m. e $\forall n \in \mathbb{N}$.
 (E) $\left(1 + \frac{i}{100} \cdot n\right) = \left(1 + \frac{i}{100}\right)^n$, para $0 < i < 100\%$ e $n = 1$.
-
52. Um empréstimo de R\$ 100,00 é feito para ser pago em duas parcelas mensais e consecutivas de R\$ 133,00 cada uma. Supondo taxa de juros compostos e sendo i a taxa de juros mensal acordada, a expressão que representa a maneira correta para se obter i é dada por:
- (A) $-100 = \frac{133}{(1+i)} + \frac{133}{(1+i)^2}$
 (B) $100 = \frac{133}{(1+i)} + \frac{133}{(1+i)^2}$
 (C) $100 = -\frac{133}{(1+i)} - \frac{133}{(1+i)^2}$
 (D) $-100 = -\frac{133}{(1+i)} + \frac{133}{(1+i)^2}$
 (E) $100 = \frac{266}{(1+i)^2}$

**Noções de Auditoria**

53. Antonius, auditor externo da empresa Albatroz S.A. conseguiu um novo contrato para a sua firma, por meio do diretor financeiro da Albatroz, seu primo de segundo grau, que será o sócio responsável pela auditoria. Em relação ao código de ética dos auditores e as normas de independência, é correto afirmar que este trabalho
- (A) deve ser recusado pelo auditor, pois fere as normas de independência da auditoria.
 - (B) pode ser efetuado, visto que as normas consideram falta de independência relacionamentos com grau de parentesco até primeiro grau.
 - (C) pode ser realizado, desde que o Antonius declare o parentesco com o diretor financeiro e declare formalmente por meio de carta sua independência.
 - (D) será considerado nulo, uma vez que fere aos princípios éticos e legais da profissão.
 - (E) não caracteriza falta de independência, desde que o órgão fiscalizador (CFC/CRC) não o identifique.

54. No processo de auditoria do ativo imobilizado da empresa Cracatua S.A. o auditor evidenciou que havia uma perda de valor recuperável de R\$ 100.000,00, na principal unidade de negócios da empresa. Considerando que a empresa, no ano anterior, já havia contabilizado R\$ 150.000,00 como perda de valor recuperável na mesma unidade de negócios e que referido ativo possui reavaliação de R\$ 300.000,00, o lançamento para escrituração a ser recomendado pela auditoria é:

(A)	D: Ativo Imobilizado	C: Receita com Valor Recuperável
(B)	D: Despesa – Perda de Valor Recuperável	C: Ativo Imobilizado – Perda de Valor Recuperável
(C)	D: Ativo Imobilizado – Perda de Valor Recuperável	C: Receita com Valor Recuperável
(D)	D: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável Ativo Imobilizado	C: Ativo Imobilizado – Reavaliação – Perda de Valor Recuperável
(E)	D: Ativo Imobilizado – Reavaliação – Perda de Valor Recuperáveis	C: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável

55. Quando um objetivo em uma norma NBC TA relevante não puder ser cumprido e referido fato impedir que o auditor cumpra com os objetivos gerais de auditoria e faça com que o auditor modifique sua opinião ou renuncie ao trabalho, tal fato ensejará a emissão de relatório
- (A) adverso ou com ressalva.
 - (B) com abstenção de opinião ou sem ressalvas.
 - (C) com negativa de opinião ou com limitação de escopo.
 - (D) sem ressalva ou adverso.
 - (E) sem ressalvas ou com ênfases.

56. De acordo com as normas de auditoria externa, quando o auditor desenvolve seus trabalhos com uma postura que inclui questionamento e avaliação crítica e detalhada, e desempenhe os trabalhos com alerta para condições que possam indicar possível distorção, devido a erro ou fraude nas demonstrações financeiras, o auditor está aplicando
- (A) julgamento profissional.
 - (B) ceticismo profissional.
 - (C) equidade profissional.
 - (D) diligência profissional.
 - (E) neutralidade profissional.



57. A empresa Condor S.A. atua no segmento de crédito pessoal, com financiamentos de até R\$ 30.000,00. Como sua política de análise de crédito é bastante flexível, possui um volume de operações grande, fazendo com que as perdas por inadimplência sejam absorvidas pelas operações. Como a política comercial é atuar junto a grandes lojas de varejo, a empresa concede aos inadimplentes, 80% de perdão nas multas e juros, concedido pelo próprio colaborador no caixa, desde que o cliente venha até as lojas parceiras para quitar os débitos. O auditor constatou que devido à facilidade da concessão dos descontos, os funcionários passaram a se apropriar das quitações em dinheiro feita pelos inadimplentes, dando o desconto e ficando com o dinheiro. Segundo os conceitos de auditoria externa, referida fraude evidencia um risco de
- (A) detecção.
 - (B) controle.
 - (C) monitoramento.
 - (D) inerente.
 - (E) operações.
-
58. A Empresa Hiena S.A. que atua no segmento de educação realizou treinamento em diversas áreas do conhecimento, para vários departamentos de determinado órgão público. A auditoria, ao analisar os contratos e cursos comparativamente aos realizados para outros órgãos e por entidades concorrentes de mesmo nível, percebeu que o custo benefício estava acima do praticado pela concorrência. Referido exame na auditoria pública tem como objetivo avaliar de forma primária a
- (A) eficiência.
 - (B) competência.
 - (C) eficácia.
 - (D) economicidade.
 - (E) legalidade.
-
59. A empresa Jaú S.A. de capital aberto, por problemas administrativos e financeiros, não efetuou a auditoria externa de suas demonstrações financeiras nos anos de 2009, 2010 e 2011. Em 2012, por determinação da CVM foi solicitada a apresentar as auditorias de todo o período, senão teria seu registro cancelado. A empresa precisando manter essa forma de captação de recursos, contratou auditoria para emitir
- (A) parecer de auditoria para o ano de 2009 e relatório de auditoria para os anos de 2010 e 2011, mediante aplicação das normas de auditoria vigentes a partir de 2010.
 - (B) parecer de auditoria para os anos de 2009, 2010 e 2011, mediante a aplicação das normas de auditoria vigentes a partir de 2010.
 - (C) parecer de auditoria para o ano de 2009, aplicando as normas de auditoria vigentes para o período até 2009, e relatório de auditoria para os anos de 2010 e 2011, mediante aplicação das normas de auditoria vigentes a partir de 2010.
 - (D) relatório de auditoria para os anos de 2009, 2010 e 2011, mediante a aplicação das normas de auditoria vigentes até 2009.
 - (E) relatório de auditoria para o ano de 2009, aplicando as normas de auditoria vigentes para o período até 2009 e parecer de auditoria, para os anos de 2010 e 2011, mediante a aplicação das normas de auditoria vigentes a partir de 2010.
-
60. NÃO representa uma das modalidades de auditoria governamental, a auditoria
- (A) contábil.
 - (B) operacional.
 - (C) especial.
 - (D) de programas.
 - (E) da qualidade.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

([http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec](http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec))

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	